

Política: reflexões sobre o diálogo a partir de ideias anarquistas e feministas

**Construção de relação
Processos de tomada de decisão**

Daniela Alvares Beskow

**Caderno de Textos Palavra e Meia n.2
Dezembro de 2017**

Palavra e Meia

Caderno de Textos Palavra e Meia é uma publicação do site Palavra e Meia. Destina-se a dar vazão à textos de caráter analítico e ensaístico - alguns com características de artigo, outros com caráter de manifesto, de coluna, ou mais informal - de tamanho curto e médio da autora Daniela Alvares Beskow. O objetivo é circular conteúdo de pesquisas em andamento, reflexões sobre momentos históricos atuais e passados e questões para debate. Alguns desses textos serão futuramente desenvolvidos em livros ou capítulos de livros.

Caderno de Textos Palavra e Meia

Coordenação geral: Palavra e Meia/Daniela Alvares Beskow

www.palavraemeia.com

Beskow, Daniela Alvares. *Caderno de Textos n.2 Política: reflexões sobre o diálogo a partir de ideias anarquistas e feministas: construção de relação, processos de tomada de decisão/ Daniela Alvares Beskow. -1. ed. Campinas: Palavra e Meia. 2017*

1. Ciência política 2. Teoria Política 3. Anarquismo 4. Feminismo 5. Política 6. Processos de tomada de decisão 7. Beskow, Daniela Alvares

Publicação digital

Versão digital da versão impressa de dezembro de 2017

www.palavraemeia.com

Sobre a autora

Daniela Alvares Beskow, 34 é mestre em Artes Cênicas (Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015-2017), bacharel em Ciências Políticas (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2006), licenciada em Ciências Sociais (Unicamp, 2007) e bacharel em Comunicação das Artes do Corpo, habilitação em Dança (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, 2013).

Coordenadora e editora da Revista Palavra e Meia e Editora Palavra e Meia.

Escritora e artista da dança e das linguagens cênicas.

Como escritora, o início de sua trajetória é marcado por publicações em zines, individuais, em grupo e como integrante de movimentos sociais (2001-2007) e na revista estudantil Cacheiros Viajantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp (2004).

Publicou ensaios e colunas no seu site (2011-2015) e nos sites do Coletivo de Comunicadores Populares (Campinas-Sp) (2011) e Passa Palavra (2009). Publica no site Palavra e Meia, coordenado pela autora, a partir de abril de 2016. O site Palavra e Meia publica também material escrito de convidadas.

Publicou capítulos nos seguintes livros: “Corpo-Mídia” no livro “Ideias Perigozas” (2010, Descentro. Org. Fabiane Borges) e “Vozes sobre o momento atual: junho e pós junho de 2013 em Campinas” no livro “As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho de 2013 no Brasil” (2014, Deriva. Org. Cassio Brancaleone e Daniel de Bem).

Publicou o ensaio “Brasil desde un punto de vista feminista hoy” na revista Escucharnos Decir: Feminismos populares en America Latina. (Junho/2016. Org. Colectivo Minervas y Mujeres en Lucha)

Apresentou o ensaio “Oito Pontos sobre a Horizontalidade” no Encontro Sociedade e Comunicação (ESC) (2011. Unicamp, Campinas-Sp) – inspirado no modelo anarquista de gestão das rádios livres e publicado em formato digital no site Palavra e Meia em novembro de 2016. Escreveu inúmeros textos, reflexões, poemas e ensaios ainda não publicados, dentre eles, o ensaio “O tal do ressentimento ou quem tem medo do feminismo?” (2009); o artigo “O transeunte como proponente da ação artística no contexto de passividade do espaço urbano” (2015); “Direção teatral na cidade de São Paulo: panorama e propostas para a igualdade de gênero” (2016); e o livro de poemas infantis “O tempo do dia” (2014). Alguns livros também estão em andamento.

Como graduanda em Comunicação das Artes do Corpo realizou a pesquisa de iniciação científica, como bolsista Fapesp, “O Espaço Teatral entendido a partir da Teoria Geral dos Sistemas” (2013). Sua monografia de conclusão do curso de Comunicação das Artes do Corpo teve como tema “Em Trânsito: Uma análise da relação entre público e artista no teatro que acontece na rua a partir da Teoria Geral dos Sistemas: Sujeito, objeto, complexidade e trama na cidade a partir de uma escrita

criadora.” (2013). Ambas tiveram orientação do Prof. Dr. Jorge de Albuquerque Vieira, a partir de debate entre as áreas da ciência, filosofia e artes.

Sua pesquisa de mestrado – como bolsista Capes – consistiu na observação e análise dramaturgias cênicas com apenas mulheres em cena a partir de uma perspectiva feminista na cidade de São Paulo nos anos de 2015 e 2016, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Regina Vieira Romano. A dissertação: “O discurso das mulheres na cena paulistana de 2015-2016: uma proposta feminista de análise de espetáculos” foi defendida em junho de 2017 e encontra-se disponível no endereço: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152099>.

Em 2017 lançou a Série Caderno de Textos, a Revista Palavra e Meia e a Editora Palavra e Meia. Atualmente escreve a partir principalmente das perspectivas da ciência política, anarquismo, artes cênicas e feminismos materialista, marxista, radical e lésbico, também a partir da interação com outros pensamentos.

Seus escritos vem também da atuação em movimentos sociais nas áreas de comunicação, feminismo e artes cênicas desde o ano 2000.

Sua pesquisa como bailarina e pesquisadora do movimento pode ser conferida no www.danielaalvaresbeskow.com

Contato: dab@inventati.org

Introdução

Política é o processo de tomada de decisão sobre um tema comum através do diálogo entre duas ou mais pessoas. Um tema é comum quando diz respeito a um conjunto de pessoas, ou seja, quando as decisões sobre determinado tema alteram a vida de um conjunto de pessoas. O diálogo é constituído pelo processo de falar e escutar, através de uma conduta respeitosa de todas as partes. A tomada de decisão sobre qualquer tema pode ocorrer através de várias metodologias. Todos os elementos que compõe a prática da política – processo, tomada de decisão, comum e diálogo – resultam e ao mesmo tempo requerem uma construção coletiva. A partir destas afirmações pode-se concluir:

- 1) Política é o oposto de violência. Enquanto que a violência é a imposição da vontade de uma parte sobre a outra a partir da valorização dos posicionamentos e interesses de apenas uma das partes, política é a valorização dos interesses de todas as partes.
- 2) A prática da política demanda disposição. Falar e escutar demandam disposição individual em se dispor ao outro, ou seja, à construção conjunta de uma relação.
- 3) Construção de relações entre as pessoas podem originar ações e projetos coletivos.

Estes primeiros apontamentos originam algumas reflexões:

1) A maioria dos assuntos são coletivos. Dado que vivemos em sociedade - ou seja, produzimos bens materiais e elementos de subsistência através de processos em rede; vivemos no mesmo território e este território se transforma através das ações nele realizadas independente de em qual parte ocorrem; realizamos serviços que se destinam ao consumo de um conjunto de pessoas; compartilhamos de modos de fazer coletivos; produzimos interpretação coletiva sobre a realidade e também materializamos essas interpretações em criações, festejos e rituais coletivos; e ao fim, dependemos uns dos outros para a própria sobrevivência - há uma grande quantidade de temas que dizem respeito à todas as pessoas.

2) Dado que muitos assuntos são coletivos, nada mais óbvio do que existirem processos aprimorados de tomada de decisão sobre esses assuntos, facilitando a vida das pessoas.

Atualmente a quase totalidade dos países tem a democracia representativa como a principal e oficial proposta política reconhecida, estruturada na crença de que este sistema se funda na expressão da vontade da população, em geral identificada pelo conceito de maioria através de uma conciliação com a minoria. Porém, ao olhar-se para o conceito de re-presentação, constata-se o oposto. Re-presentar é “estar no lugar de”, apresentando algo novamente e de outra forma. Este conceito também faz referência à um segmento das artes cênicas que pretende que atrizes e atores sejam outras pessoas em cena, apresentando-as de outra forma, ou, novamente. O fazem através de uma personagem. Na política representativa, a representação ocorre a partir de um processo de outorga da palavra. Um grande grupo de pessoas cede sua palavra e poder de decisão à um grupo pequeno de pessoas, escolhidas através do voto, ou seja, da concessão de confiança de uma pessoa à outra, através da concordância dos primeiros com as ideias dos segundos. Gera-se uma expectativa de que o eleito coloque em prática a vontade de todos aqueles que o elegeram, quando em realidade, as regras do jogo propõe o oposto, que a maioria votante concorde com as propostas e futuras ações do eleito. Seria aliás, tecnicamente impossível colocar em prática a vontade de número tão grande de pessoas ao mesmo tempo ou em um mesmo mandato sem por isso passar por um processo de conciliação realizado pelas próprias pessoas. A democracia representativa, nesse sentido, promove um distanciamento da maioria em relação à valorização da resolução coletiva dos temas em comum,

dado que a execução dessa resolução cabe ao pequeno grupo eleito, os políticos profissionais, eximindo as pessoas da responsabilidade pelo coletivo. Somado aos capitalismos atuais - que também valorizam a desresponsabilização pelo comum, cultuam o indivíduo e a partir de formas dominantes e violadoras, produz contextos exploradores do trabalho e dos corpos das pessoas, roubando-as seu tempo e energia - resulta-se em um contexto onde o empenho coletivo passa a existir com o objetivo de manter a estrutura da alienação em relação ao coletivo. Longe de ser uma contradição, a alienação individual em relação ao todo faz parte dos princípios da representatividade, sendo um dos principais elementos que a mantém em funcionamento. É notável como o pensamento da representatividade da democracia representativa espalha-se por várias áreas da sociedade, replicando-se em comportamentos individuais que se dispõem a si mesmos e se comprometem pouco com a construção coletiva. Seja em grupos de organização política (movimentos sociais), seja em círculos de amizades, trabalho, família, enfim, qualquer agrupamento, logo que identifica-se alguém que está realizando alguma função – seja por afinidade, obrigação, disponibilidade, ética, ou qualquer outro motivo – imediatamente se exime da responsabilidade na construção daquela ação. “Fulana está cuidando disso, logo não preciso participar nessa ação”. Longe de ser uma divisão de tarefas consensual, parte da interpretação sobre o coletivo como algo que não se constrói junto, ainda que todos venham a desfrutar dos resultados do trabalho e decisão daqueles sobre os quais recaem tarefas coletivas.

Uma das formas da não-representação (não - re-apresentação) seria a apresentação, ou seja, a apresentação de ideias vinda das pessoas de forma direta aos seus interlocutores. O conceito que nomeia esta prática é a democracia direta. Este sistema promove não apenas a difusão de ideias como também as práticas políticas vindas de todos os integrantes de uma sociedade. Assim como a democracia representativa, a democracia direta também pode se dar a partir de diversas metodologias, inclusive combinando mecanismos de ação indireta, como por exemplo, no caso da existência de delegados, que transmitem informações de um lugar ao outro. Uma das principais ideias da democracia direta é a valorização do envolvimento dos indivíduos com as questões comuns - que dizem respeito ao funcionamento em rede da sociedade – e suas ações diretas na realidade coletiva através do diálogo com outros indivíduos, gerando estratégias comuns de ação. Uma das áreas teóricas e práticas que refletem sobre a democracia direta é o anarquismo. É a partir de ideias anarquistas que o ensaio a seguir se desenvolve.

As ideias a seguir partem do pressuposto de que a construção de relação entre as pessoas é a base ou o ponto de partida para se fazer política e produzir ações conjuntas.

Disposição

O primeiro ponto necessário para se construir uma relação é a disposição para essa construção, ou seja, em outras palavras, estar disponível à outra/ao outro.

Estar disponível não significa estar disponível o tempo todo para toda e qualquer demanda das pessoas, mas sim, estar disposta a construir uma relação em conjunto, a partir de si e da outra. O querer construir algo em conjunto complementa o estar disposta, apesar de não estar necessariamente atrelado à isso. Querer construir seria a intenção, sendo esta importante pois, prepara a ação. Já a disposição à outra agrega vários elementos, dentre eles, estar disposta a: ouvir, entender, falar, se colocar, perguntar, duvidar, cooperar, ajudar, dizer não, dizer sim, avaliar, reavaliar, alterar, manter, aplicar, realizar, concluir, planejar, conectar, entre outros.

Terceiro elemento

A fórmula primeira + segunda = terceira aprofunda as ideias acima. A pessoa um é uma singularidade, assim como a pessoa dois. A relação é o terceiro elemento que se constrói a partir da interação entre 1 e 2. Esse pensamento pode ser útil também para casais, onde frequentemente 1 vira 2 ou 2 vira 1, ou seja, as pessoas perdem suas personalidades próprias e seus espaços individuais de existência, ao invés de manter a singularidade de cada pessoa e construir um terceiro espaço que seria a construção coletiva a partir das singularidades. De acordo com a proposta do primeira + segunda = terceira, duas pessoas seriam sempre 3 realidades. No nível de grupo, pode-se pensar que o grupo é o resultado de todas as interações geradas por todas as singularidades presentes. Essa ideia remete à máxima da Teoria Geral dos Sistemas que afirma que o todo é mais do que a soma das partes. Ou seja, o todo não é apenas as partes adicionadas, mas, é uma realidade que vai além das partes singulares, é uma nova singularidade, resultado da interação, da relação. Assim como duas cores que se misturam e geram uma nova cor.

Autoridade

Anarquistas não legitimam o elemento da autoridade, apesar de que nem sempre praticam esta ideia em seus coletivos e organizações, seja colocando-se acima de outras pessoas ou colocando-se abaixo, ou seja, controlando outras pessoas ou legitimando o controle que outras pessoas exercem sobre si e sobre outros. Não reconhecer autoridade é um elemento importante na construção de relações de cooperação entre as pessoas. Reconheço a outra como alguém tão capaz de tomar decisões quanto eu. Respeito a outra pessoa assim como ela me respeita.

É bastante frequente o processo de hierarquização entre as pessoas, originando relações de poder dentro de grupos. Essa hierarquização, muitas vezes informal, ou seja, implícita e indireta, parte também do campo emocional e das relações de afeto existentes entre as pessoas, originando situações onde as pessoas concordam com quem tem relações de afeto estabelecidas e discordam de quem “não gostam” ou de quem são distantes afetivamente. Casais ou grupo de amigas/amigos são um bom exemplo para essa situação. Dentre de um grupo, muitas vezes agem em bloco, como se ali

não existissem singularidades discordantes. Quando em maioria, os grupos de afeto podem criar uma hierarquia, pois sempre pressionam para seus interesses próprios, colocando-se acima dos interesses comuns, ou seja, aqueles criados em conjunto, a partir da relação entre todos. A hierarquia nem sempre vem do afeto, mas são sempre ações de imposição, ainda que indiretas, sem que a questão em pauta seja colocada em discussão de forma ampla. Ou seja a existência da hierarquia e a tentativa de se impor ou a legitimação da autoridade é a execução de ação de uma ou mais pessoas justificada pelo fato de a pessoa ser quem ela é e não necessariamente porque tal ação é considerada interessante para o coletivo ou fruto deste. Nesse sentido é importante debater a partir do argumento e não do peso que outras pessoas atribuíram à pessoa com quem se está debatendo.

A autoridade também existe pois existe legitimação coletiva desta autoridade, o que é diferente de violência, que resulta no impedimento temporário da capacidade de ação de um sujeito. Nesse sentido não concordo com a afirmação de que vítimas sustentam a relação de violência, mas, que são temporariamente impedidas de exercerem sua condição de sujeitos, que é intrínseca. O sujeito violentado não necessariamente reconhece autoridade na pessoa que o violenta. Já a autoridade - que nem sempre violenta, mas, cria contextos propícios à violência, pois impede outros sujeitos de serem legítimos - é sustentada pela legitimação de outras pessoas à sua figura. Nesse sentido a autoridade possui um caráter coletivo. Já a violência, apesar de ser estruturada e autorizada coletivamente, com frequência ocorre no nível micro, em um grupo pequeno composto de duas pessoas, por exemplo, não necessariamente necessitando da legitimação de outras pessoas para que essa violência ocorra, o que também infelizmente muitas vezes ocorre. A autoridade incentiva a centralização de tomada de decisões, gerando também desresponsabilização da maioria em relação ao coletivo, além de uma proteção de si. Muitas pessoas evitam opinar, criticar, perguntar, enfim, se expor, já que há alguém informalmente responsável por isso - a figura de autoridade - e também por uma questão de proteção de si. Como muitas vezes o coletivo desdenha falas e posicionamentos vindas de pessoas que não são reconhecidas como legítimas na construção coletiva, muitas vezes acabam desenvolvendo uma atitude protetiva, evitando se expor e concordando com a maioria. Ocorre também, muitas vezes, pessoas que simplesmente abandonam projetos, grupos, redes, por não ter pontos de apoio ou escuta das suas necessidades, opiniões e argumentos sobre o funcionamento do grupo. Quando isso ocorre, perde-se em diversidade, pois, o poder, tende ao homogêneo. Para a construção de coletividade a partir da cooperação é importante que não existam autoridades, ou seja, hierarquização de relações. O coletivo se torna mais rico com a participação ativa de todas as pessoas que o compõe.

Complementariedade

A horizontalidade entre as pessoas seria a não existência de autoridade e o reconhecimento de que todos são capazes de pensar, refletir, avaliar, propor, planejar, executar e tomar decisões. A relação horizontal entre as pessoas no processo de tomada de decisões sugere a complementariedade de propostas. Ao invés de uma proposta ser melhor do que a outra, as propostas podem se complementar, alteram-se mutuamente e enriquecendo-se. Daí vem uma das soluções para as discordâncias, apontada a seguir. De qualquer maneira é também importante a maturidade para se avaliar as propostas “ruins” ou que podem ser melhoradas.

Construção de consenso

A construção do consenso vem da importância atribuída à todas as opiniões e propostas dentro de um grupo e também ao processo de construção de conhecimento, de metodologia e ação e não apenas ao objetivo final. Processo e objetivo final caminham juntos e um depende do outro. Discordâncias podem ser alteradas através de um processo de mescla, que gera o meio termo. O meio termo seria uma terceira proposta advinda da interação entre duas propostas distintas, com características de ambas, porém, transformadas.

Discordâncias concomitantes ou sequenciadas

Nem sempre é possível a mescla de duas ou mais posições discordantes. Nesse caso pode-se optar por realizar as várias ações discordantes de forma concomitante. Por exemplo, a pessoa 1 propõe que os livros sejam impressos em preto e branco e a pessoa 2 propõe que sejam impressos em colorido. Uma possível saída é haver as duas propostas de impressão, as coloridas e as preto e branco, ao mesmo tempo. Não há necessidade de existir apenas uma solução para um mesmo problema, muitas vezes é possível que as várias soluções sejam colocadas em prática. Quando não é possível colocar as duas propostas em prática de forma concomitante, uma ideia é praticá-las em sequência. Em um primeiro momento coloca-se em prática a ideia 1 e em outro momento, é a ideia 2 que é praticada, através de uma sequência ou um revezamento. Dessa forma todas as propostas são contempladas e valorizadas.

Construindo, re-construindo e entendendo as regras do jogo

Para que pessoas joguem um jogo, é necessário que elas entendam as regras, para que possam refletir sobre elas, planejar estratégias e participar de forma ativa, caso contrário há grandes chances de tornarem-se massa de manobra, serem manipuladas ou simplesmente perderem o interesse pelas questões coletivas. O entendimento sobre as regras de funcionamento de dada organização, agrupamento, coletiva, é fundamental para que haja participação consciente de todas as pessoas. Para tal, é importante que haja metodologias de compartilhamento do conteúdo dessas regras, principalmente para pessoas que entrarem nesse coletivo após a formulação das mesmas. Pessoas precisam entender onde estão pisando e quanto mais objetivo for o compartilhamento de regras, princípios e ideias do grupo, melhor, pois eliminam-se chances de mal-entendidos. É preciso ter certeza de que todos estão cientes das propostas em circulação. Nesse ponto volta-se ao ponto acima: “disponibilidade para a construção de relação”. Certificar-se de que o outro entendeu a metodologia de organização é importante para que, caso ele não tenha entendido, a conversa sobre o tema se faça novamente. Um ambiente propício para pessoas manifestarem dúvida seria o oposto de um ambiente que promove e autoriza violência psicológica, intimidando e impedindo pessoas a perguntarem e discordarem.

Esse mesmo ambiente pode propiciar a reformulação das regras caso não contemplem mais as pessoas ou não contemplem de forma plena as pessoas que venham a integrar o grupo. Regras são importantes tanto quando a sua maleabilidade, ou seja, a própria transformação das regras. Regras devem servir às pessoas e não o oposto.

Quando a construção das regras é realizada por todas as pessoas que compõe o coletivo, o ambiente comum se enriquece, pois é fruto de todos e não apenas de alguns, promovendo reconhecimento ou espelhamento das pessoas no grupo e vice-versa: que se veem integradas e pertencendo àquele

espaço. A participação no comum se torna mais ativa e reflexiva quando o meio onde atuamos é também fruto da própria intervenção sobre ele. Quando regras são elaboradas por outrem, cabendo à maioria apenas segui-las, muito provavelmente as regras serão burladas, pois nem sempre são adequadas à todas as pessoas, que articulam formas de sobreviver naquele meio. Regras não formuladas por todos pode gerar desinteresse e desmotivação, além de hierarquias entre pessoas e grupos. É frequente que as regras sejam elaboradas por quem considera-se que tenha mais conhecimento, experiência ou influência em um grupo. Pessoas são diferentes, porém, o acúmulo de experiência em determinados assuntos não deve determinar que pessoas tenham mais poder de decisão do que outras. É importante que as diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e não hierarquizadas. Nesse sentido o acúmulo de experiência é sim valorizado, porém, não sobreposto à outras experiências.

Objetividade e subjetividade

Tanto os processos subjetivos quanto os objetivos são importantes para a existência, entendimento e relação com a realidade. Ambos promovem experiência diferentes e devem ser valorizados por suas especificidades, além de proporcionar ações distintas para o grupo.

A característica da objetividade é interessante para a definição e entendimento da metodologia de organização e ação, para a elaboração de pautas e atas, para a construção da regras, para o posicionamento e falas individuais. A partir de um ambiente metodológico objetivo, que proporcione entendimento e participação de todas as pessoas nessa construção, é possível que ações subjetivas sejam construídas sem falhas desnecessárias na comunicação, prevenindo desentendimentos e violências. Ações subjetivas são importantes pois equilibram o ambiente, proporcionando respiro, silêncio, singularidade e re-significação. Tais ações podem ser tanto individuais quanto propostas coletivas destinadas a explorar a criatividade e percepção não-racional das pessoas sobre si mesmas, o grupo e as ideias comuns. Propostas corporais colaboram extremamente com essa ideia, pois ativa o corpo como um todo e não apenas o pensamento lógico-racional. Muitas questões aliás podem ser trabalhadas em dinâmicas corporais, como discordâncias, conflitos, geração de ideias, desenvolvimento da relação, fortalecimento da autoestima individual e coletiva, percepção da violência, prática da escuta e da fala, aprofundamento do conhecimento dos membros do grupo, entre outros. Aliás, não esqueçam de respirar!

Estratégias e metodologias de organização e ação

Pessoas se organizam em grupo a partir de diferentes formas. As metodologias de debate, comunicação, assim como a estratégia, ou seja, o plano mais amplo de ação, são diversas. É muito comum grupos se constituírem sem um debate inicial sobre estratégia e metodologia, juntando-se apenas pelo interesse comum em um assunto. Partindo de experiências diferentes, pessoas aplicam suas metodologias sem um debate prévio sobre o tema, truncando a comunicação e muitas vezes gerando grupos de poder que se aglutinam em torno à determinadas metodologias, seja por afinidade, seja por conceder autoridade à determinadas pessoas. Muitas vezes quem estava nas primeiras reuniões do grupo, por vezes com poucas pessoas, vai definir determinada metodologia e à medida que o grupo vai aumentando, essa pauta não retorna, criando elites do conhecimento e da estratégia. Uma proposta é conversar sempre sobre esses dois itens, re-conversando sempre que necessário. A metodologia tem que servir ao grupo e não oposto. Essas ações não impedem que pessoas que entrem em determinado grupo, se retirem por não concordar com os princípios básicos daquele grupo. É importante que metodologias e regras sejam passíveis de alteração, porém, é

preciso reconhecer os princípios básicos que reuniram aquelas pessoas. Em geral esses princípios se mantêm ao longo do tempo.

Relações de poder e violência psicológica

Como já apontado é muito comum que sejam estabelecidas relações de poder em agrupamentos de pessoas. À medida que o tempo vai passando e essas relações vão sendo fortalecidas e estimuladas, vão sedimentando-se diversas violências psicológicas cometidas por indivíduos contra indivíduos, pelo grupo contra indivíduos e mesmo por indivíduos contra o grupo. Táticas de violência, direta ou indireta, vão aprimorando-se e fundindo-se junto à estrutura de funcionamento do grupo, adaptando-se às intempéries e atacando quem quer que atente contra ela. Pessoas aliadas e amigas podem ser também perversas e relacionar-se com outras pessoas a partir da lógica da máscara, que a protege: a pessoa utiliza a máscara conveniente a cada momento, para favorecer seu bem estar e seus laços de proteção, afeto e domínio em determinado grupo. Frequentemente a pessoa que violenta, manipula de tal forma a informação sobre os fatos, que aos olhos do grupo a vítima de violência passa a ser considerada a agressora e frequentemente excluída do espaço ou violentada indiretamente de forma contínua, gerando uma verdadeira tortura emocional e psicológica. Um exemplo de violência psicológica é a frequência com que várias pessoas se referem à determinada pessoa de forma pejorativa e negativa, estigmatizando-a. Muitas vezes tal situação poderia ter sido evitada com uma simples crítica construtiva e pontual à determinado comportamento ou atitude, em uma conversa madura e respeitosa. Como também é frequente a dificuldade das pessoas em lidar com a discordância e conflitos, muitas vezes evita-se esse confronto gerando-se uma válvula de escape que é a difusão de uma imagem negativa sobre certa pessoa, dentro do grupo.

O tema da violência é extenso e será aprimorado em futuras publicações. Deixo aqui apenas algumas breves reflexões.

Violência não é conflito

Violência e conflito são dois elementos diferentes. Enquanto a violência é imposição de vontades e desrespeito, o conflito é uma discordância de ideias. Classificar a violência como um conflito é minimizar o peso do ocorrido e em geral, deslegitimar a defesa da vítima, favorecendo a pessoa que violentou. Muitas vezes é proposto à pessoa vitimizada pela violência, que exerça o perdão ou que volte a se relacionar com a pessoa que a violentou, sem que nem mesmo tenha existido um processo de reflexão, desculpas e reeducação da pessoa agressora, o que pode resultar ou não em um processo de reconciliação. Em geral a vítima é culpabilizada pela continuidade da não resolução da questão, pois é atribuída ao possível perdão desta pessoa, a única resolução para a situação de violência. Se ela não perdoar, logo, a culpa é dela pelo mal estar causado no encontro com a pessoa agressora. Esse processo de não-resolução de violências é bastante equivocado. Violências são fatos graves e devem ser repreendidos. Há várias estratégias para se lidar com casos de violência e silenciar a vítima não é a melhor delas.

Fluxo e acesso à informação

A transparência e acesso à informação de todas as pessoas de um grupo é importante para que todos tenham noção do que está acontecendo. Não é necessário que todos exerçam todas as funções (apesar de ser uma metodologia possível), mas, quando cada sub-grupo (comissão, frente, núcleo)

dispõe a informação relativa à sua tarefa para que todos possam acessá-la, tirar dúvidas, pensar junto e propor, gera-se diálogo, fluidez e segurança. Retenção de conhecimento gera poder. “Estamos cuidando disso, não precisa se preocupar”, é um exemplo de como a pessoa que retém o conhecimento o faz através da construção de uma imagem de responsabilidade. Ao negar a informação para a pessoa que requisita, ela o faz “tranquilizando” os outros, passando a mensagem que certa tarefa está segura com ela e que não deve haver confiança sobre seu trabalho. “Confie em mim”, é outra frase comum. A questão não é necessariamente confiar ou não em determinadas pessoas (mas pode ser também), mas, de compartilhar informação e conhecimento, descentralizando decisões e dados, para que todas possam interagir com as informações produzidas no grupo.

Assertividade

Vivemos em um mundo patriarcal. Uma das regras patriarcais para o funcionamento das sociedades é que homens desenvolvam a assertividade e também a agressividade, ao mesmo tempo que mulheres desenvolvam a passividade, a concordância e o silêncio. Essa estrutura é replicada em todos os espaços da vida social, de formas diferentes, variando em função da cultura onde a pessoa é criada, da família, da escola que frequentou, do ambiente de trabalho, etc. Ambientes estimulam ou repelem o desenvolvimento dessas características em homens e mulheres, porém, a grande maioria estimula o modelo patriarcal de interpretação sobre pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino. Nesse sentido, é sempre um desafio, principalmente em grupos mistos de mulheres e homens, mulheres falarem e homens ouvirem e não interromperem. Ao mesmo tempo, pessoas que desafiam essas estruturas sedimentadas de funcionamento são tachadas de forma negativa. Mulheres assertivas, por exemplo, frequentemente são classificadas como agressivas e exageradas. Há um esforço estrutural em manter a realidade de violência existente nos regimes patriarcais, racistas, heteronormativos e de desigualdade de classes, mantendo as pessoas que são violentadas estruturalmente nestes contextos, no silêncio, mesmo que nos espaços de militância e ativismo. A pessoa que se coloca contra a estrutura, muitas vezes é repelida pela maioria, através de uma estratégia que envolve humilhação, silenciamento e autoritarismo. O desenvolvimento da assertividade em todas as pessoas é extremamente necessário para que a comunicação seja fluida e as pessoas possam se desenvolver enquanto pessoas seguras de si e a partir de uma relação de segurança com o coletivo. Assertividade cria um ambiente propício para a objetividade e o entendimento mútuo, colaborando para um ambiente criativo e potente.

Alguns apontamentos

Este breve ensaio reuniu algumas ideias sobre os temas propostos. Finalizo com breves apontamentos para desenvolvimento posterior.

É de extrema importância que, em coletivo, desenvolvamos segurança e assertividade para que: todas possam se sentir à vontade para criticar sem medo e ao mesmo tempo sem reproduzir violência; e todas possam ouvir críticas de forma tranquila e madura. A ausência de lideranças específicas também é importante, originando ambiente propício para a horizontalidade. Porém é importante não confundir ausência de lideranças com ausência de topar as proposições individuais dos integrantes do grupo. Um ambiente que estimula que pessoas proponham sem medo e ao mesmo tempo pessoas que toquem as propostas, ainda que seja para testá-las, é importante para a valorização das ideias de todas as pessoas grupo. Posso me dispor à ideia de uma pessoa ainda

que não concorde com ela, até mesmo porque experimentando determinada ideia, minha posição sobre ela pode vir a ser alterada. Negar a todo momento ideias discordantes das de si própria pode levar à uma falta de diálogo e fechamento em si mesmo. Ao mesmo tempo é importante identificar propostas com as quais não se sente bem em realizar, ou seja, que sente-se mal realizando. Não devemos forçar pessoas à nada e não devemos nos forçar à ações que nos fazem mal, mas, podemos sugerir, propor e também testar. Conversar sobre as diferentes ideias, ceder e convencer fazem parte do processo de chegada ao consenso, porém, devem ser realizado de forma não impositiva, mas, sim, propositiva. Devemos praticar o sim e também praticar o não. Cada uma dessas posições é importante, tanto individualmente como coletivamente. Assim como praticar a fala e a escuta são igualmente importantes. Nesse sentido, é importante falar menos, caso se fale demais a ponto de desestimular outras pessoas a se manifestar. Da mesma forma, quando percebe-se que está se manifestando pouco e essa ação não vem de uma decisão consciente, ou seja, vem provavelmente de uma estrutura de poder dentro do grupo, pode-se tentar praticar mais a fala ou manifestar o desconforto em relação ao grupo. Nesse sentido o grupo pode praticar dinâmicas de fala, inclusive corporais, para as pessoas perceberem umas às outras e transformarem-se caso necessário.

Perceber o grupo de pessoas e desenvolver intenções de não violência é primordial para o estabelecimento de relações fortes, autênticas e duradouras em um grupo, além de perpetuar ambientes seguros e que proporcionem bem estar para todos os integrantes do grupo.

Construir relações em grupo é sempre um desafio. Tomemos esse desafio para si.

- fim -

Palavra e Meia